



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 46/XI/1ª

DECRETO-LEI N.º 67-A/2010, DE 14 DE JUNHO, QUE “IDENTIFICA OS LANÇOS E SUBLANÇOS DE AUTO-ESTRADA SUJEITOS AO REGIME DE COBRANÇA DE TAXAS DE PORTAGEM AOS UTILIZADORES”

O Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 113, de 14 de Junho de 2010, “identifica os lanços e sublanços de auto-estrada sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores, competindo à EP – Estradas de Portugal, SA (EP, S.A.), a gestão do sistema de cobrança de taxas de portagem nos mesmos, bem como os lanços e sublanços de auto-estrada nos quais os respectivos utilizadores ficam isentos do pagamento de taxas de portagem e fixa, ainda, a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas, no âmbito das concessões SCUT Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral”.

A criação de auto-estradas em regime SCUT (Sem Custos para o Utilizador), resulta de um conceito introduzido pelo XIII Governo Constitucional em 1997, e consistem em auto-estradas em que o Estado se substitui ao utilizador no pagamento da portagem, ou seja, “Sem Custo para o Utilizador”. Por sua vez, o Programa do XVII Governo na área dos Transportes e Obras Públicas defendia expressamente que “as SCUT deverão permanecer como vias sem portagem enquanto se mantiverem as condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação, quer no que se refere aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das regiões em causa, quer no que diz respeito às alternativas de oferta do sistema rodoviário”.

Assim, o regime definido pelas auto-estradas SCUT apoia-se na verificação de um conjunto de critérios mensuráveis, os quais, independentemente da reflexão que se justifica efectuar sobre a correcção dos mesmos, constituem uma base mínima para a avaliação duma possível decisão de introduzir (ou não) portagens nas referidas auto-estradas.

Este era o contexto político que vigorava até ao aparecimento do DL nº 67-A/2010, de 14 de Junho, o qual veio, de facto, revogar os pressupostos para a introdução de portagens em auto-estradas em regime SCUT. De facto, segundo o presente diploma, aquilo que o Governo anterior do Partido Socialista dizia no que se refere à manutenção do regime SCUT, enquanto “as condições justificarem a sua implementação”, foi agora abandonado, em nome da “necessária consolidação das contas públicas” e da garantia de “uma maior equidade e justiça social”, “bem (...) um incremento das verbas a aplicar noutras áreas fundamentais das infra-estruturas rodoviárias”. Ou seja: o Governo, do mesmo Partido Socialista, consegue invocar, num ano, a defesa dos princípios da “coesão social e territorial” ou de “maior equidade e justiça social” para justificar o regime SCUT em auto-estradas, e, no ano seguinte, defender a sua revogação, fazendo apelo exactamente ao mesmo tipo de argumentos, isto é, da promoção da solidariedade e de maior equidade social e territorial no desenvolvimento das políticas de acessibilidade e de mobilidade.

Por outro lado, a razão, agora invocada, de “consolidação das contas públicas” não pode prevalecer sobre o que a própria Lei do OE2010 estabelece no seu artigo 151º, nº 1: “1 - Para além dos casos em que já foi definida a introdução de taxas de portagens nas auto-estradas em regime SCUT, em 2010 o Governo pode introduzir novas taxas de portagem em outras auto-estradas em regime SCUT, desde que verificados os critérios utilizados para a sua introdução”.

Deste modo, a introdução de portagens seria, para o actual Governo, admissível “desde que verificados os critérios utilizados para a sua introdução”. Mas, com o presente diploma, não se procede à “verificação” dos ditos critérios nas auto-estradas em causa - Norte Litoral, Grande Porto e Costa de Prata. O único estudo existente, aceite pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) como base para a definição dos “Critérios para aplicação de portagens”, faz-se uma “verificação” dos critérios para as diversas SCUT existentes na altura, mas tem por referência dados estatísticos de indicadores socioeconómicos de 2003 e 2004 e medições do tempo de viagem nas estradas alternativas referentes ao ano de 2006.

De resto, um sistema de boas práticas governativas aconselharia a que o actual Governo, antes de tomar uma decisão, em 2010, sobre a aplicação de portagens em determinadas SCUT, procedesse à “verificação” da observância dos critérios e aceitasse discutir na Assembleia da República a definição e aplicação dos ditos critérios, tanto mais quanto é público e notório a existência duma oposição generalizada à introdução de portagens, por parte dos municípios atravessados pelas SCUT em causa.

Em vez disso, o Governo decidiu invocando um estudo desactualizado, e recusou-se a cumprir aquilo que está na própria Lei do OE2010, isto é, fazer a “verificação” da observância dos critérios.

Assim, a aplicação de portagens ou a sua isenção em alguns lanços e sublanços destas vias não está demonstrada em lado nenhum do diploma, não sendo inteligíveis as razões que justificam a eliminação do regime SCUT nuns lanços e noutros não. Aliás, sucede até que, segundo o estudo citado, refere-se que “estariam em condições de pagamento de portagens a região do Grande Porto na SCUT Norte Litoral”. Mas, curiosamente, o Governo com este diploma, isenta do pagamento de portagem alguns lanços e sublanços das auto-estradas localizadas na região do Grande Porto.

Em conclusão, o presente DL n.º 67-A/2010, de 14 de Junho, é um mau exemplo de produção legislativa, justificando-se plenamente a sua apreciação pela Assembleia da República.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 162.º e do artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa e ainda do artigo 189.º do Regimento da Assembleia da República, as Deputadas e os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, vêm requerer a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho, que “Identifica os lanços e sublanços de auto-estrada sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores”.

Assembleia da República, 17 de Junho de 2010

As Deputadas e Os Deputados do Bloco de Esquerda,